



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

COMISSÃO DE AGRICULTURA , PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO N° , DE 2023

(Do Sr. Marcos Pollon)

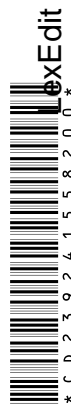
Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação das “Búfulas de Brotas”, que se encontram em situação precária no município de Brotas – SP.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base Art. 255, do Regimento Interno, audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para debater a situação das “Búfulas de Brotas”, que encontram-se em situação de abandono e maus-tratos, no município de Brotas – SP.

Solicito que sejam convidados:

- Membro do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio ambiente – GAEMA, do Ministério Público de São Paulo;
- Sr. Wagner Ávila – Criador animal e representante dos criadores;
- Sr. Alex Parente, presidente da ONG Amor e Respeito Animal – ARA;
- Marina Zatz de Camargo, mais conhecida pelo nome artístico Luisa Mell, é uma ativista, apresentadora e escritora brasileira;





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

### JUSTIFICAÇÃO

Submetemos, por meio deste, um pedido para a realização de uma audiência pública em relação ao recente caso das “Búfalas de Brotas” encontradas em situação de maus-tratos em uma fazenda de 500 alqueires em Brotas (SP).

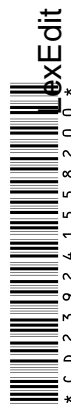
O incidente ganhou notoriedade nacional após a manifestação de figuras públicas nas redes sociais, destacando a importância de uma discussão aprofundada sobre o tema. A decisão judicial proferida pela juíza Marcela Machado Martiniano, que nomeou os irmãos do fazendeiro Luís Augusto Pinheiro de Souza como responsáveis temporários pelo rebanho, levanta questões cruciais sobre a gestão e o cuidado adequado dos animais.

A ONG ARA, envolvida no resgate e atualmente responsável pelos animais, enfrenta alegações de não apresentação de documentos essenciais, ausência de plano de manejo e negligência na manutenção da fazenda. A decisão judicial destaca a falta de cooperação da ONG, que, apesar de ser intimada repetidamente, não apresentou um plano efetivo para o bem-estar dos animais.

Adicionalmente, a ausência de registros zootécnicos e de vermifugação, aliada às condições precárias encontradas nas áreas destinadas a recém-paridas, denotam uma situação crítica que requer a atenção imediata desta comissão.

A defesa da ONG ARA solicitou um efeito suspensivo para concessão de prazo adicional, visando o deslocamento de voluntários e equipamentos pesados da fazenda. Contudo, tal pedido foi negado, reforçando a necessidade de uma discussão mais ampla sobre a situação atual e o futuro dos animais envolvidos.

Com o prazo estabelecido para a desocupação da fazenda pela ONG ARA se aproximando, é imperativo que esta Comissão promova uma audiência pública para discutir as medidas necessárias para assegurar o bem-estar dos búfalos. A participação de entidades de proteção animal e do Ministério Público, que já manifestou apoio à entrega dos animais para organizações interessadas, será crucial para esclarecer as opções disponíveis e buscar soluções eficazes. Além investigar o cometimento de crimes ambientais por partes das pessoas envolvidas até o momento.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Agradecemos antecipadamente pela atenção desta Comissão e solicitamos a aprovação deste pedido, acreditando que a realização de uma audiência pública contribuirá significativamente para a busca de uma solução justa e solidária aos animais envolvidos.

Sala da Comissão, em                      de novembro de 2023.

**Deputado Federal Marcos Pollon**

**PL-MS**

